

Sarney teve privilégio no Orçamento

OSWALDO BUARIM JUNIOR

BRASÍLIA— Candidato à presidência do Senado Federal, o ex-presidente da República e senador José Sarney (PMDB-AP) foi privilegiado pelo Congresso Nacional na aprovação de emendas ao Orçamento de 1995. O ex-presidente solicitou R\$ 10 milhões para obras no Amapá — estado por onde se elegeu senador após deixar o Palácio do Planalto, apesar de ser maranhense —, mas foi premiado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso com a destinação de quase R\$ 4 milhões além do que pedira. Sarney conseguiu R\$ 13,9 milhões para suas emendas.

O relator-geral da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), é um dos mais fiéis *sarneyistas*. No Congresso, vem atuando como articulador da campanha do colega maranhense pela indicação da bancada peemedebista para presidir a Casa.

Sarney foi o único dos 584 parlamentares da atual legislatura que não ficou sujeito à limitação de dez emendas e ao volume máximo de recursos de R\$ 2 milhões. A regra foi estabelecida pelo relator-geral e pelos sete relatores-adjuntos, para que fossem atendidos igualmente os pedidos de todos os deputados e senadores.

Prestígio — Em alguns casos, Gilberto Miranda exagerou na dose: Sarney pediu, em duas emendas, R\$ 2,15 milhões para infra-estrutura em saneamento básico em Macapá. Mas, com seu prestígio junto ao relator, acabou garantindo à capital do Amapá R\$ 8,65 milhões para as obras.

Para drenagem e urbanização na periferia de Macapá, por exemplo, Sarney havia pedido R\$ 1,3 milhão e acabou levando R\$ 3,3 milhões. Sarney e Miranda são militantes da defesa da Zona Franca de Manaus, que abrange o Amapá desde a instalação de uma zona de livre comércio na capital do estado que o elegeu em 1990.

As emendas de Sarney deverão ser atingidas pelos cortes no Orçamento de 1995, anunciados na semana passada pelo ministro do Planejamento, José Serra. Mas a totalidade dos cortes só será conhecida quando o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Até agora, são conhecidos somente os cortes por ministério. Como deputado, o próprio Serra havia apresentado dez emendas, no total de R\$ 24,3 milhões. Mas, sem o privilégio dado a Sarney, teve sua cota reduzida a R\$ 2 milhões.

Dos R\$ 3,5 milhões que Serra solicitou para a Fundação Pró-Sangue e o Hospital do Câncer da Fundação Antônio Prudente, de São Paulo, foram aprovados pela Comissão de Orçamento apenas R\$ 280 mil. Os outros R\$ 1,72 milhão foram divididos em sete emendas destinadas à Prefeitura de Campinas.